



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**  
CNPJ 18.347.419/0001-80  
Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro  
CEP: 39.928-000 / Estado De Minas Gerais  
**Administração 2025 - 2028**  
**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	<b>030/2025</b>
<b>DISPENSA ELETRÔNICA Nº</b>	<b>012/2025</b>
MODO DISPUTA	ABERTO
TIPO JULGAMENTO	MENOR ITÉM
FUNDAMENTO LEGAL	Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021

### LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP

**MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO SALTO MG**, CNPJ 18.347.419/0001-80, com sede a Praça Aurelina Mota Santos, nº. 218, Centro, CEP 39.928-000, Santa Maria do Salto MG, por intermédio do Agente de Contratação, torna público que, realizará Dispensa de Licitação Pública, com critério de julgamento **MENOR PREÇO ITEM**, nos termos Artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Data da Sessão de Lances:	<b>22 de junho de 2026</b>
Horário da Fase de Lances:	<b>08:00 horas às 14:00 horas</b>
Referências De Horário:	Horário De Brasília-DF
Local:	<a href="http://licitanet.com.br">http://licitanet.com.br</a>

#### 1 - DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto desta Dispensa a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA IMPLANTAÇÃO DE POSTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL PARA EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE CONFORME PLANO DE TRABALHO ACT Nº 025/2025/IDENT/PCMG NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO SALTO MG.**

1.2- O valor global estimado para contratação será de **R\$ 47.077,40** (Quarenta e sete mil, setenta e sete reais e quarenta centavos)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000 / Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

**2 - DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO:**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Plataforma de licitações Licitar Digital – <http://licitanet.com.br>

2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

a. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

b. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

c. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

d. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

e. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

f. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, art 14º da Lei n.º 14.133/2021;

f.1.) Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo.

g. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Dispensa Eletrônica;

h. Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000

/ Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

i. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

j. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.4. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual será realizado em <http://licitanet.com.br>

2.5. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

### 3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Ao apresentar a proposta a licitante declara que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000 / Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7. Como condição para participação na dispensa, a licitante assinalará “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

( ) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 e art 9º § 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que a proposta apresentada para essa dispensa está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

( ) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que estou ciente do AVISO e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

( ) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

( ) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000 / Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

( ) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, não contrariando o disposto no art 4º § 2º da Lei 14.133/2021. cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

( ) Sim, ME ( ) Sim, EPP ( ) Não, outros enquadramentos.

3.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Aviso.

3.9. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.11. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa Eletrônica;

3.12. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior ao lance já registrado por ele no sistema.

#### **4. DA ETAPA COMPETITIVA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

4.1. A partir da data estabelecida neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo ITEM.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000 / Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4.8. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.8.1. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas com o fornecedor que tenha apresentado o melhor preço e, no insucesso desta, com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação.

4.9. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, considerados seu indício aqueles inferiores a 50% do preço médio estimado ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação e que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, no prazo de até 02





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000 / Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

(dois) dias úteis da data sessão de julgamento das propostas do certame, quando exigido pela Administração, através de planilhas de custos detalhadas, demonstrativos que evidenciem que o valor ofertado é suficiente para cobrir as despesas, cópias de contratos já executados, notas fiscais, memórias de cálculos e outros documentos que comprovem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.12. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa eletrônica.

## **5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **5.1 - Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
- b) Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
- c) Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- f) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000 / Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

h) Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes (RG);

**5.2 - Documentos qualificação econômico-financeira:**

- i) Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa;
- j) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
  - I. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
  - II. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
  - III. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
  - IV. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
  - V. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
  - VI. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
  - VII. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**5.3 – Qualificação Técnica**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000 / Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

a) Atestado de capacidade técnica - ACT (pessoa jurídica) para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

**5.4** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio da plataforma <http://licitanet.com.br> nos documentos por ele abrangidos.

**5.5** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**5.6** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor da dispensa, prorrogável por igual período, a critério da administração do município de Santa Maria do - MG, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**5.6.** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a dispensa.

**5.7.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

**5.8.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Município examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de

**5.9.** classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do

objeto e as condições de habilitação

**5.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000 / Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

será habilitado.

## **6. - CONTRATO.**

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6.3. O prazo previsto para assinatura do Contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.4. O aceite implica no reconhecimento pela contratada de que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.5. O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2025, contado da data da assinatura do contrato.

## **7- ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

7.1 A entrega deverá ser efetuada em uma única parcela, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Administração, atendendo criteriosamente o prazo de 10 (dez) dias, conforme definido pela secretaria solicitante.

## **8 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão na seguinte dotação orçamentária:

NATUREZA: 44905200

PROJETO ATIVIDADE: Equipamentos e Mat.Permanentes

FONTE: 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos

FICHA: 0070



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000

/ Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

## **9 - DO PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC de correção monetária.

9.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6 Independentemente do percentual do tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **10. SANÇÕES**

10.1. O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos arts. 157 a 163 da mesma Lei.

10.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000

/ Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

10.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.4 Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

10.5 A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

## **11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) republicar o presente aviso com uma nova data;
- b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- c) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

11.3 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.4 As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000

/ Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.5 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.6 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.

Santa Maria do Salto MG, 25 de maio de 2025.

**Renata Oliveira Santos**  
Agente de Contratação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
SALTO**

CNPJ 18.347.419/0001-80

Pça. Aurelina Mota Santos, 218 - Centro

CEP: 39.928-000 / Estado De Minas Gerais

**Administração 2025 - 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**